



PRÁTICAS PERIFÉRICAS

EM DIÁLOGO COM A UNIVERSIDADE

**Organizadores:
Clarissa Veloso
Junia Ferrari
Thiago Canettieri**

**PRÁTICAS
PERIFÉRICAS
EM DIÁLOGO COM A UNIVERSIDADE**

**Organizadores:
Clarissa Veloso
Junia Ferrari
Thiago Canettieri**

Ficha Técnica

Ana Cristina Soares
Bárbara Moreira de Andrade
Gabriela Pontes Remesar
Iago Moraes Marques
Julia Lopes de França
Livia Maia de Goes Lara
Mariana Bubantz Fantecelle
Marina Sanders Paolinelli
Pedro Luiz Manoel Garrido
Renato Barbosa Fontes

Projeto Gráfico

Gabrielle Sabrine
Kma Soluções Gráficas

Agradecimentos

Junia Mortimer
Alexandre Boaventura
Cooperativa de Mulheres da Ocupação Pátria Livre
Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por
Direitos (MTD);
Centro de Referência da Juventude
(CRJ) - Prefeitura de Belo Horizonte

FICHA CATALOGRÁFICA

P912 Práticas periféricas [recurso eletrônico] : em diálogo com a universidade /
Organizadores: Clarissa Veloso, Junia Ferrari, Thiago Canettieri. - Belo
Horizonte : Escola de Arquitetura, 2024.
68 p. : il. ; PDF.

ISBN: 9788592728465.

1. Arquitetura. 2. Espaço urbano. 3. Movimentos sociais urbanos. 4.
Periferias urbanas. 5. Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG). I.
Veloso, Clarissa. II. Ferrari, Junia. III. Canettieri, Thiago. IV. Universidade
Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. V. Título.

CDD 720

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG.

ORGANIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



APOIO:



SUMÁRIO

CAPÍTULO

01

APRESENTAÇÃO

Pág. 07

CAPÍTULO

02

**O CFAS NA RMBH:
TRAJETÓRIAS E PANORAMA DO CURSO**

Pág. 10

CAPÍTULO

03

**CULTURA E SUJEITOS E SUJEITAS
PERIFÉRICAS DO CURSO**

Pág. 36

CAPÍTULO

04

**A LUTA NA COMUNA CHICO MENDES
(PAVUNA, RIO DE JANEIRO)**

Pág. 49

CAPÍTULO

05

**GALERIA
DE FOTOS**

Pág. 60

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO

01

Nesta publicação reunimos resultados de frentes de trabalho do Laboratório de Estudos Urbanos e Metropolitanos (Lab-Urb) da Escola de Arquitetura da UFMG e do núcleo RMBH do Observatório das Metrôpoles. Desde 2021 realizamos o **Curso de Formação de Ativistas Sociais pela Reforma Urbana (CFAS)** como um projeto de extensão voltado para o diálogo com os movimentos sociais urbanos que pautam transformações em nossas cidades. Dessa atividade de extensão universitária iniciamos a pesquisa **Novas práticas sociais periféricas**, que buscou sistematizar as práticas que ocorrem em territórios da periferia da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e que podem informar sobre os futuros urgentes e necessários para nossas cidades. Em continuidade a essas atividades, realizamos também, em 2024, o **IV Fórum Metropolitano: culturas periféricas na RMBH**.

Apesar das temporalidades e dinâmicas distintas, as três iniciativas compartilham um esforço de refletir sobre reforma urbana e direito à cidade na RMBH a partir de conhecimentos teóricos vinculados à produção acadêmica, bem como dos saberes e vivências daqueles que experienciam e protagonizam o ativismo em seus cotidianos nos territórios periféricos. Lutas diversas por uma cidade mais justa têm sido efetivadas na RMBH em torno de diversas temáticas: moradia, saúde, educação, mobilidade, segurança alimentar, lazer, cultura, emprego e renda, entre outros. Cada uma dessas experiências, especialmente aquelas realizadas nos territórios periféricos, reforça a leitura de que muitas dessas práticas de auto organização, de produção do espaço, de defesas dos direitos, de participação, de cuidado, entre outros, inspiram novas formas de habitar as metrôpoles. É preciso, portanto, uma especial atenção a essas práticas. É disso que trata essa publicação.

Os territórios periféricos foram e ainda são constantemente reproduzidos como condição para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O crescimento econômico impõe, a milhões de brasileiras e brasileiros, a precariedade, a carência e a violência como condições para a vida nas periferias. Contudo, são exatamente essas experiências compartilhadas que fazem emergir novas formas de responder aos desafios cotidianos que enfrentam os sujeitos e as sujeitas periféricas - na boa definição do professor Tiaraju Pablo d'Andrea.

Se a periferia é um território de precariedades e adversidades acumuladas, também é preciso compreendê-la como lugar de resistência, luta e construção de formas alternativas de viver na cidade.

É olhando para esses espaços que acreditamos ser possível renovar pautas fundamentais como a Reforma Urbana e o Direito à Cidade. A primeira, uma reivindicação clássica dos movimentos sociais urbanos desde os anos 1960 - interrompida com a ditadura, mas retomada com a redemocratização do país. A segunda, uma expressão cunhada pelo filósofo francês Henri Lefebvre em 1968 que se tornou pauta das lutas urbanas brasileiras, léxico totalmente apropriado pela prática urbana dos movimentos sociais recentemente. Reforma Urbana e Direito à Cidade não são categorias estáticas no tempo, não podem ser compreendidas como definições inertes. Elas se transformam pelo impulso das lutas urbanas que, na prática, tensionam essas definições promovendo a renovação de seus conteúdos.

Em nosso trabalho com ativistas sociais, movimentos urbanos e moradores das periferias, cuja síntese aqui apresentamos, fica evidente a ampliação do escopo dessas definições. Assim, falar em Reforma Urbana e Direito à Cidade hoje envolve a luta por moradia, por saneamento básico, pela democratização das cidades, mas não só: envolve também a construção de territórios agroecológicos; a criação de práticas culturais que formam identidades de reconhecimento; a promoção de espaços de cuidado com gestão compartilhada; o estabelecimento de vínculos de ajuda mútua e solidariedade; entre tantas outras lutas.

Esperamos que este livro, além de um registro das atividades realizadas pelo Núcleo RMBH do Observatório das Metrôpoles e pelo Lab-Urb, seja fonte de informações sobre a interseção entre as lutas urbanas, a participação social e a urbanização periférica no Brasil. Esperamos também que reflita e inspire as lutas daqueles que, em periferias, quebradas, ocupações, vilas e favelas, são desafiados a levar a vida nas cidades brasileiras.

Clarissa Veloso, Junia Ferrari & Thiago Canettieri

O CFAS NA RMBH: TRAJETÓRIAS E PANORAMA DO CURSO

CLARISSA DOS SANTOS VELOSO E
BÁRBARA MOREIRA DE ANDRADE

CAPÍTULO

02

O Curso de Formação de Agentes Sociais (CFAS) da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é uma iniciativa da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA/UFMG) e integra um projeto que agrega extensão, pesquisa e ensino. Conciliamos os objetivos de analisar as transformações das demandas sociais nos territórios populares e as formas de ação coletiva dos movimentos sociais na nossa região metropolitana com a realização desse curso, o CFAS.

Voltado para ativistas e integrantes de movimentos sociais, coletivos, associações e demais organizações populares, seus objetivos são: estimular a mobilização social e o envolvimento dos cidadãos e cidadãs com a construção, a gestão e o controle das políticas urbanas; qualificar a atuação política dos participantes do curso; abrir e ampliar canais de discussão sobre políticas públicas entre atores engajados em organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Em cada edição do CFAS, uma turma de cursistas participa de uma série de encontros gratuitos nos quais reforma urbana e direito à cidade em suas variadas dimensões são problematizados e debatidos. Os temas dos encontros são definidos previamente pelos próprios representantes de organizações da sociedade civil. A partir de uma combinação de conhecimentos acadêmicos e aqueles produzidos pelos movimentos, as facilitadoras e os facilitadores convidados compartilham experiências com a turma de cursistas e trocam conhecimentos.

O Curso visa impulsionar a participação social, a transformação positiva nas comunidades periféricas e socialmente vulneráveis e as redes de apoio entre ativistas e suas pautas. Ao fazer de integrantes de movimentos, coletivos e entidades o público-alvo do CFAS, entendemos que o agente social participante pode replicar os conhecimentos e experiências da formação em seu grupo de atuação.

A partir da compreensão de que a participação é elemento edificante do Estado democrático de direito e frente aos recentes anos de inflexão neoliberal e ao desmonte institucional e cerceamento dos espaços de participação da sociedade civil, é fundamental a criação e articulação de espaços de diálogo com integrantes do ativismo popular. Alinhado a esse entendimento, o CFAS tem como objetivo estimular a troca de saberes e a continuidade na disputa por interesses coletivos.

Outro pilar estruturante do CFAS, para além da participação, é a itinerância dos encontros pela região metropolitana da capital mineira. Buscamos aproximar a discussão da vivência nos territórios e de seus desafios cotidianos. Essa metodologia tem garantido a distribuição dos encontros na região metropolitana de Belo Horizonte, no que chamamos de territórios populares, em sedes de associações, projetos sociais, ocupações e entidades que têm como cerne ações coletivas organizadas pela sociedade civil. Suas localizações na metrópole variam. São, via de regra, territórios situados fora do centro geográfico da cidade, ou seja, na periferia urbana. Contudo, são principalmente locais socialmente distantes do centro simbólico de paisagem de poder e de concentração do capital na cidade.

Realizar o Curso nesses espaços parte do propósito de aproximar discussão e vivência nos territórios, contatando os desafios cotidianos já existentes e os que surgiram ou foram agravados com a pandemia. Nessas condições, ao passo que se discute os temas, também se toma conhecimento sobre as formas de organização, moradia e mobilização das localidades que recebem os encontros. Apesar dos participantes sinalizarem um movimento social de origem e indicarem agendas específicas, observamos que o desenrolar das atividades do Curso contribui para que eles somem a esse pertencimento uma percepção sobre o cruzamento entre lutas, com a compreensão da reforma urbana e do direito à cidade a partir de um amplo panorama, processual e multidimensional.

O CFAS, em suas dimensões extensionista e investigativa, é organizado e promovido pelo Laboratório de Estudos Urbanos e Metropolitanos da Escola de Arquitetura (Lab-Urb/UFMG) e pelo Núcleo Belo Horizonte do Observatório das Metrôpoles (INCT/CNPq), desde 2022.

Nessa trajetória recente, já contamos com o apoio do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR), da Habitat para Humanidade no Brasil, do Centro de Direitos Econômicos e Sociais (CDES) e com financiamento por meio de edital da União Europeia. A pesquisa associada ao projeto também conta com apoio do CNPq por meio de bolsas de investigação e ajudas de custo para a equipe. Além dos pesquisadores, compõem a equipe do CFAS, em suas fases de preparação, execução e síntese, professores da Escola de Arquitetura da UFMG, bolsistas de extensão e pesquisa, estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo que se voluntariam e pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/EAUFMG).

Ressaltamos por fim, e antes de apresentar com detalhes a segunda edição do CFAS, que a itinerância dos encontros e a sua realização nas manhãs e tardes de sábados só foi possível por contarmos com alimentação e transporte para os cursistas, custeados pelos apoiadores antes mencionados. Além dessa infraestrutura, disponibilizamos monitores para que os cursistas com crianças pudessem, ao levá-las para os encontros, participar normalmente das atividades.

CFAS: registros e relatos da edição de 2023

A preparação da segunda edição do CFAS aconteceu ao longo do primeiro semestre de 2023 e contou com a contribuição de discentes, docentes e pesquisadores da UFMG, além de líderes e representantes de movimentos sociais organizados atuantes na RMBH. Por meio de uma série de reuniões presenciais e remotas, a fim de apontar demandas latentes dos territórios populares da RMBH, discutimos os temas e as metodologias a serem adotados para os encontros do Curso. Nessas oportunidades, elencamos e definimos organizações com potencial de sediar os dias de encontro, assim como facilitadores que conduziriam as suas discussões e dinâmicas. Além das conversas presenciais e online, contamos com as sugestões de participantes da primeira edição do CFAS (em 2022), que voluntariamente responderam a um formulário enviado pela equipe.

Dentre os temas eleitos como prioritários pelo grupo mencionado anteriormente destacam-se: feminismo na luta pelo direito à cidade; gênero e raça; habitação; transporte coletivo e seus arranjos na RMBH; cultura e patrimônio cultural; risco socioambiental; controle social; plano diretor de Belo Horizonte; direitos humanos; violência doméstica; assentamentos e ocupações, com ênfase nas políticas públicas para regularização. A partir dessas esferas de interesse, elaboramos uma programação com o intuito de abordar algumas dessas temáticas, uma vez que não seria possível abarcar todas elas.

A programação final elaborada para a segunda edição do Curso de Formação de Agentes Sociais da RMBH foi distribuída em sete encontros, com carga horária total de 48 horas, com os seguintes conteúdos:

- 1. A cidade na periferia do capitalismo;**
- 2. Experiências de luta pela reforma urbana e a política habitacional na RMBH;**
- 3. Segurança alimentar, produção urbana de alimentos e agroecologia;**
- 4. Transição ecológica, risco socioambiental e gestão do lixo urbano;**
- 5. Participação popular e controle social a partir do plano diretor de Belo Horizonte;**
- 6. Regularização fundiária em territórios tradicionais e outras formas de permanência além da propriedade privada; e**
- 7. Síntese da Experiência e Confraternização.**

Os conteúdos selecionados abordaram os temas a partir do ponto de vista teórico-conceitual e de sua vinculação com políticas públicas, articulados diretamente às problemáticas e às vivências e experiências nos territórios da RMBH. Além disso, um fator preponderante para a ampliação e o aprofundamento das percepções e das dimensões sobre a região metropolitana foi a itinerância.

Quanto às organizações que receberam as sessões do curso, consideramos a afinidade dessas com a proposta e a infraestrutura demandada. Os encontros do CFAS incluem de 40 a 60 pessoas, somando cursistas, equipes de execução e apoio e graduandos da UFMG. Os lugares sugeridos para os encontros foram visitados previamente pela equipe com dois objetivos principais. Primeiro, verificar se contavam com espaço coberto suficiente para acomodar as pessoas e para executar as atividades aos sábados, durante a manhã e tarde. Segundo, ao conversar com representantes das diversas organizações que nos receberam – entidades associativas, projetos sociais, ocupações, etc. – tentamos estabelecer conexões entre os temas do Curso e as mais recentes questões em jogo naqueles territórios. A intenção era conciliar interesses e fomentar debates entre os inscritos no Curso, mas também entre as pessoas que eventualmente participariam do encontro sediado em suas comunidades.

Em todas as localidades que receberam encontros os anfitriões das organizações que os sediaram puderam compartilhar com cursistas, estudantes e demais presentes, a origem de suas comunidades, os desafios enfrentados para sua consolidação, as formas de organização e mobilização local, os projetos em andamento, o cotidiano de seus moradores e integrantes, além de contextualizar sobre a atualidade em suas dimensões locais, regionais e globais. O mapa a seguir mostra onde foram realizados os encontros do Curso.

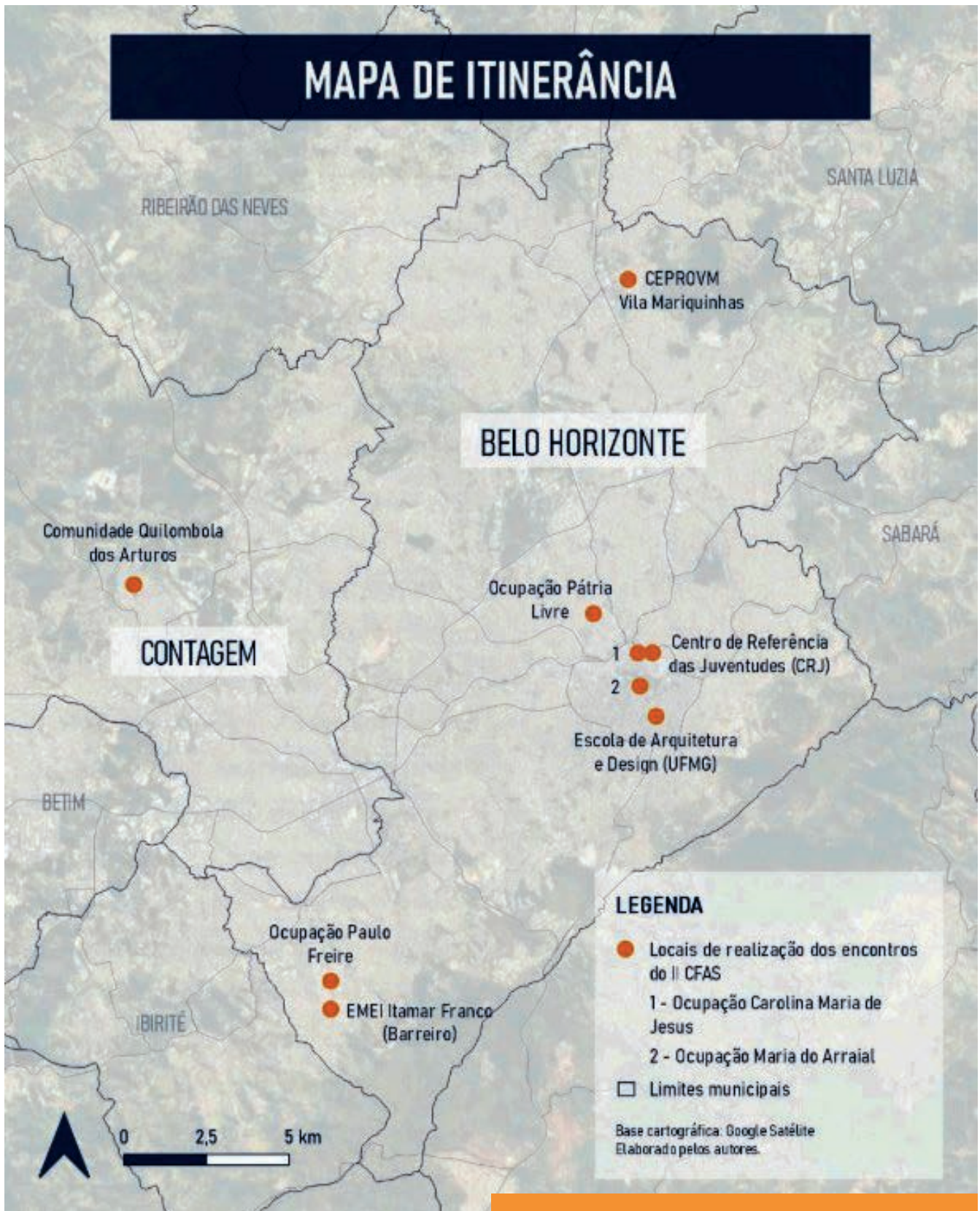


FIGURA 1 - Mapa das Itinerâncias do CFAS
Fonte: elaborado pela equipe

Em síntese, a fase de preparação do Curso levou em consideração preceitos da participação, da educação popular e da provisão de ambientes de ensino-aprendizagem compartilhados em linguagem acessível. Com a abertura das inscrições, tivemos **160 manifestações de interesse**. Desse total, **52 inscritos foram sorteados** para preencher as vagas com base nos seguintes critérios:

I. Engajamento prévio: priorizamos pessoas que já atuam ou atuaram em algum coletivo, organização, movimento etc.;

II. Paridade de gênero: buscamos atingir equivalência no número de selecionados entre aqueles que se declararam homens e aquelas que se declararam mulheres;

III. Idade: priorizamos incluir o maior número de lideranças jovens e jovens adultos possível.

Do grupo de 52 selecionados, 31 pessoas efetivamente participaram do curso, com mais de 50% de frequência nos encontros. Dos 31 participantes, 36% se declararam pretos ou pretas, 36% pardos ou pardas, 19% brancos ou brancas e 6% indígenas. A composição em relação ao gênero foi predominantemente de mulheres, representando 55% dos cursistas.

Do total de inscritos, 29% possuíam graduação completa, 26% graduação incompleta, 16% pós graduação completa, 13% ensino médio completo, 7% ensino médio incompleto e 6% pós graduação incompleta. Já em relação à faixa etária dos participantes, 29% tinham entre 51-60 anos e 23% eram idosos, levantamento que indica que a juventude não foi predominância dentre os cursistas. Ainda quanto à faixa etária, 38% dos participantes tinham entre 21 e 40 anos de idade e 10% entre 41 e 50 anos.

Como dito, **um dos critérios de seleção foi a verificação do engajamento prévio dos inscritos em movimentos sociais organizados, associações, entidades, fóruns, ou demais instituições articuladas com a proposta do curso**. Assim, solicitamos no formulário de manifestação de interesse e de inscrição, que as pessoas declarassem a principal organização que integram ou representam.

Contabilizamos 30 movimentos ou organizações distintas. Com base nos seus nomes e outras informações, elencamos suas principais frentes de atuação e trabalho, resultando no perfil de engajamento ilustrado no gráfico a seguir.

PERFIL DE ENGAJAMENTO DAS FRENTES QUE OS CURSISTAS DECLARARAM INTEGRAR

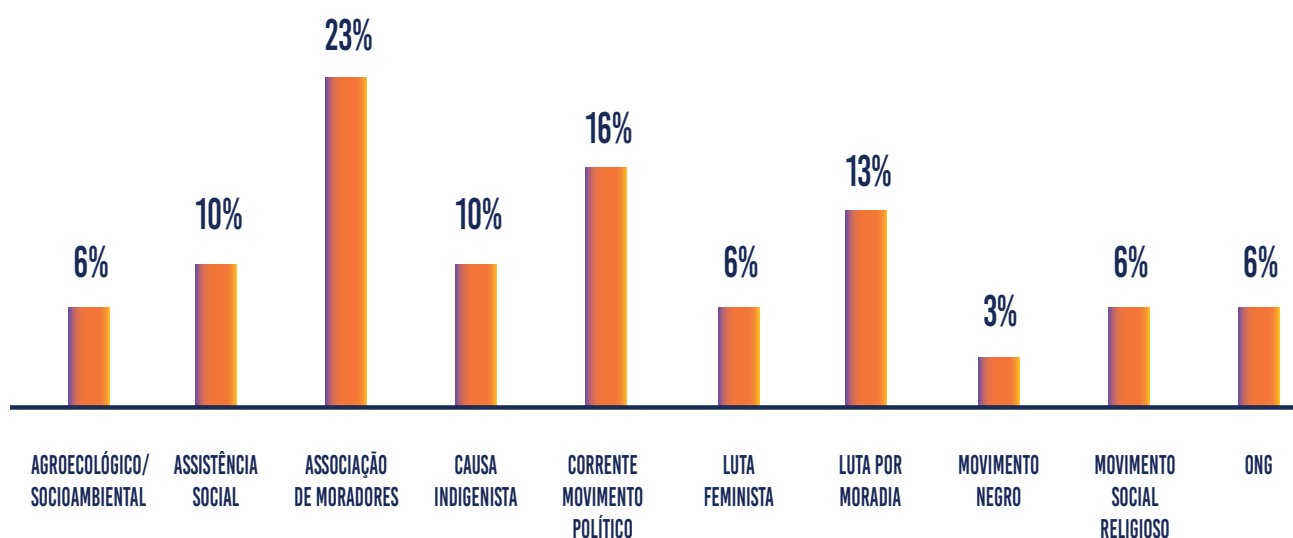


FIGURA 2 - Perfil de engajamento das frentes que os cursistas declararam integrar
Fonte: elaborado pela equipe

A partir do gráfico, nota-se que os participantes estavam, majoritariamente, ligados a associações vinculadas à temática da habitação ou à luta por moradia, visto que 23% atuavam em associações de moradores e 13% estavam comprometidos com a luta por moradia. Do total, 16% participavam de correntes/partidos políticos, 10% de alguma organização voltada para a assistência social, 10% em causas indígenas, 6% de movimentos/coletivos feministas, 6% de movimentos agroecológicos ou ambientalistas, 6% de organizações não governamentais, 6% de movimentos de caráter social religioso e 3% do movimento negro. Finalizadas as inscrições e selecionados aqueles que vieram a compor a turma de cursistas do CFAS, iniciamos os encontros em agosto de 2023.

No encontro de abertura da segunda edição do CFAS RMBH, ocorrido no auditório da Escola de Arquitetura da UFMG, foram convidados a compor a mesa de abertura algumas lideranças de movimentos sociais: Carlos Silva (Pastoral dos Sem Casa), Ednéia Aparecida Souza (MNLN), Edinho (MLB), Fábio Garrido (MTD), Gelson Alexandrino (MCP) e Landa (MNLN). Os integrantes da mesa comentaram suas vivências de luta e falaram sobre a crise urbana e da habitação no Brasil. Uma temática latente em Belo Horizonte naquele momento, também mencionada, foi o desmantelamento do Plano Diretor.

Posteriormente, os cursistas se apresentaram mencionando nome, bairro de origem e forma de atuação e engajamento nas lutas sociais. Foi também realizada uma breve apresentação sobre a estrutura do CFAS, com informações sobre funcionamento, programação, logística, materiais de referência e contextualização sobre a experiência da primeira edição.

O prof. Orlando Alves dos Santos Junior, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR da UFRJ e pesquisador da Rede Observatório das Metrôpoles, proferiu a palestra de abertura do curso intitulada “**A cidade na periferia do capitalismo**”. Ele tratou das noções de mercadoria, dinâmica imobiliária, conformação do padrão centro-periferia, segregação socioespacial e desigualdade social no meio urbano. O professor enfatizou o papel de políticas sociais na democratização e desmercantilização da cidade para acesso a bens, serviços e espaços, como moradia, solo urbano e infraestrutura. ***Segundo o professor, “(...) desmercantilizar a cidade, pensando-a para as pessoas. É esse o ideário do direito à cidade. Direito à cidade se trata da briga pela desmercantilização das cidades e do direito de dizer qual é a cidade que queremos para viver”.***



FIGURA 3 - Credenciamento de cursistas no hall do auditório da EA UFMG
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 4 - Lideranças e ativistas durante mesa de abertura
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 5 - Palestra do Professor Orlando Alves
Fonte: Acervo CFAS

No segundo dia de curso, realizado no Centro de Referência da Juventude (CRJ), exibimos o documentário **“Taquaril é o buraco do Brasil”**, que retrata a história de lutas dos moradores do Taquaril, em Belo Horizonte, por infraestrutura urbana, políticas públicas e dignidade de vida há décadas. Na sequência, a facilitadora Ednéia Aparecida (MNLN) e a pesquisadora Marina Sanders (Lab-Urb/UFMG) fizeram uma progressão histórica sobre o direito à moradia no Brasil e seu recorte em Belo Horizonte, retratando as dinâmicas de terra e imobiliárias (legais ou ilegais) em voga na configuração do espaço urbano.

Alguns cursistas compartilharam suas experiências de luta por moradia digna em regiões como Granja de Freitas (BH), Vila Mariquinhas (BH) e no município de Contagem.

O período da tarde foi destinado ao almoço e às visitas às ocupações do centro de Belo Horizonte localizadas próximas ao CRJ. A primeira ocupação visitada foi a **“Carolina Maria de Jesus”**. Cursistas e equipe puderam ouvir relatos de moradores e dos coordenadores do MLB, movimento à frente da organização da ocupação. Eles trataram da história de apropriação daquele espaço e dos desafios ainda vigentes. O prédio, onde antes funcionava um hotel, ficou abandonado por 17 anos e hoje abriga inúmeras famílias em apartamentos e nos espaços compartilhados, como a sala de assembleias e o saguão destinado às atividades culturais.

As falas das moradoras e lideranças da ocupação, em sua maioria mães negras, demonstraram que a moradia no centro da cidade vai além da habitação: ***“não ocupamos apenas pela moradia, mas também pelo direito à saúde, à segurança, à educação, ao lazer, infraestrutura e serviços que esta região da cidade concentra e oferece”***.

Por fim, os participantes caminharam no centro de Belo Horizonte até a ocupação Maria do Arraial, recém-inaugurada naquela ocasião. Na ocupação, moradores receberam os cursistas e compartilharam suas experiências de moradia, enfatizando como são distribuídas as tarefas de cozinha, manutenção e limpeza dos ambientes coletivos, bem como explicando como funciona a formação das comissões dos moradores para gestão coletiva dos espaços.



FIGURA 6 - cursistas no segundo dia de encontro, no CRJ
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 7 - Cursista segurando jornalzinho histórico sobre a luta do Taquaril em BH
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 8 - Visita à ocupação
Maria do Arraial
Fonte: acervo CFAS

No período da manhã do terceiro encontro, realizado na Escola Municipal Itamar Franco, no Barreiro, foram realizadas duas exposições. Na primeira, Alexandra Assis (MLB) falou sobre a horta agroecológica que administra na ocupação Paulo Freire, na região do Barreiro. Em seguida, o professor da Escola de Arquitetura da UFMG, Thiago Canettieri, tratou de geração de renda e trabalho através da agricultura urbana na periferia das grandes cidades.

Alexandra iniciou a exposição comentando sua relação pessoal com a natureza e sua história na ocupação. Ela, que hoje é considerada uma agente agroecológica, empreendeu durante a pandemia de Covid-19, de maneira autônoma, uma horta em um terreno residual na ocupação que antes era utilizado como ponto de bota fora. Hoje ela colhe uma grande variedade de hortaliças orgânicas para venda em feiras, como as da UFMG. Nas discussões, ela salientou que o apoio institucional é de grande importância para a permanência dos agricultores urbanos na atividade e para a ampliação da prática. Contudo, **é urgente o engajamento popular nas iniciativas.**

Na sequência, o professor Thiago comentou sobre sua experiência na ocupação Tomás Balduino, onde uma rede agroecológica demonstrou ser forma de geração de renda circular e solidária, criando postos que oferecem perspectivas de permanência no trabalho.

Após o almoço, algumas áreas públicas da ocupação Paulo Freire foram visitadas. Em seguida, foram feitas atividades de plantio e distribuição de mudas para todos os cursistas na horta da Alexandra, onde nota-se o esforço e empenho dela para encontrar as melhores formas de plantar e fecundar a terra. Trata-se de um terreno muito acidentado, em uma área limitada, antes utilizada como lixão. Hoje, uma horta altamente produtiva, adubada com os compostos orgânicos tratados pela própria agricultora. Para Alexandra, ***“isso é o direito à cidade (...) Por que plantar tem que ser só no campo?”***



FIGURA 9

Palestras realizadas na quadra da EM Itamar Franco
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 10

Visita dos cursistas à ocupação Paulo Freire
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 11

Cursistas em atividade de plantio na horta da Alexandra
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 12 - Grupo de cursistas em frente à horta
Fonte: acervo CFAS

O quarto dia de encontro do CFAS foi dedicado ao tema **“Transição ecológica, risco socioambiental e gestão do lixo urbano”**. Ele foi sediado na sede da Pastoral Metropolitana dos Sem Casa, também conhecida como Núcleo CEPROVM, localizada no bairro Vila Mariquinhas, na região norte de Belo Horizonte.

Um dos facilitadores do dia foi o cursista Júlio Fessô, uma destacada liderança comunitária do Morro do Papagaio, comunidade localizada na região centro-sul de Belo Horizonte. Júlio compartilhou sua experiência na coordenação de projetos socioambientais na comunidade, dentre eles o **“Recicla Kids na Quebrada”**, que tem como principal objetivo educar as crianças do Morro do Papagaio a respeito da gestão do resíduo sólido.

Na sequência, Carlos Silva, o presidente da Pastoral Metropolitana dos Sem Casa, compartilhou um pouco de sua trajetória e da contínua luta por moradia, além de proporcionar aos presentes uma perspectiva sobre a história do bairro Vila Mariquinhas. Nos relatos foram apresentados alguns protagonistas dessa trajetória, como o Padre Pigi, um dos expoentes da luta por habitação em Belo Horizonte.

Posteriormente, Eliza Porto Marques, graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG e mestre por essa mesma instituição, compartilhou achados de suas pesquisas mais recentes sobre as relações de dominação que o homem estabeleceu com a natureza e a maneira como isso se tornou parte de um projeto de modernidade. Com foco em Belo Horizonte, ela abordou o tamponamento dos corpos hídricos da cidade e o apagamento dessa paisagem em detrimento da implantação e ampliação de sistemas viários para deslocamentos rodoviários.

Gelson conduziu a última apresentação da manhã. Ele relatou a experiência do seu movimento, o MCP, no Maranhão e da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Imperatriz (ASCAMARI), composta por mais de 100 membros capazes de reciclar de 50 a 60 toneladas de material por ano. Ele comentou como o movimento tenta implementar as práticas nas periferias da RMBH (Betim, Contagem e Belo Horizonte).

Após o almoço, os presentes foram convidados para um passeio pelos arredores da sede da Pastoral Metropolitana dos Sem Casa. No trajeto, Carlos Silva abordou a situação socioeconômica do bairro Vila Mariquinhas e as formas como a pastoral auxilia as pessoas em situações de vulnerabilidade na comunidade. Por fim, na última atividade do dia, todos se reuniram na sede da Pastoral para uma oficina de origamis ministrada por Elza Russo, participante da primeira edição do curso de formação.



FIGURA 13

Cursistas tomando nota durante exposição
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 14

Cursistas durante oficina de origamis
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 15 - cursistas no encerramento das atividades do terceiro encontro
Fonte: acervo CFAS

Silvio Motta foi o primeiro facilitador do quinto encontro da segunda edição do CFAS RMBH, que aconteceu na Ocupação Pátria Livre, sediada na Pedreira Prado Lopes (uma das mais antigas favelas de BH). O atual presidente do CAU-MG iniciou sua exposição com a definição de Plano Diretor (PD), importante documento para o ordenamento da cidade e seus princípios, que visam garantir justiça socioespacial. Foram mencionados também os instrumentos legais contidos no PD para esse fim, como a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), e os embates ocorridos em Belo Horizonte decorrentes de sua implantação. Silvio Motta salientou as disputas políticas que estão subjacentes ao PD de Belo Horizonte, ressaltando como interesses econômicos de grupos poderosos com frequência prevalecem nas decisões sobre o futuro da cidade.

Em um segundo momento, Marina Sanders Paolinelli fez uma retomada histórica e teórica sobre a função social da propriedade desde a Constituição Federal de 1988, passando pelo Estatuto das Cidades até os planos diretores municipais. Marina abordou a importância dos zoneamentos e da participação social como direito. A partir da mobilização da qual participou, no contexto da aprovação do Plano Diretor de Belo Horizonte, e resultante da IV Conferência Municipal de Política Urbana, de Belo Horizonte, Marina ressaltou a importância dos instrumentos urbanos para a promoção de políticas urbanas e habitacionais de caráter redistributivo.



FIGURA 15 - cursistas no encerramento das atividades do terceiro encontro
Fonte: acervo CFAS

Silvio Motta foi o primeiro facilitador do quinto encontro da segunda edição do CFAS RMBH, que aconteceu na Ocupação Pátria Livre, sediada na Pedreira Prado Lopes (uma das mais antigas favelas de BH). O atual presidente do CAU-MG iniciou sua exposição com a definição de Plano Diretor (PD), importante documento para o ordenamento da cidade e seus princípios, que visam garantir justiça socioespacial. Foram mencionados também os instrumentos legais contidos no PD para esse fim, como a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), e os embates ocorridos em Belo Horizonte decorrentes de sua implantação. Silvio Motta salientou as disputas políticas que estão subjacentes ao PD de Belo Horizonte, ressaltando como interesses econômicos de grupos poderosos com frequência prevalecem nas decisões sobre o futuro da cidade.

Em um segundo momento, Marina Sanders Paolinelli fez uma retomada histórica e teórica sobre a função social da propriedade desde a Constituição Federal de 1988, passando pelo Estatuto das Cidades até os planos diretores municipais. Marina abordou a importância dos zoneamentos e da participação social como direito. A partir da mobilização da qual participou, no contexto da aprovação do Plano Diretor de Belo Horizonte, e resultante da IV Conferência Municipal de Política Urbana, de Belo Horizonte, Marina ressaltou a importância dos instrumentos urbanos para a promoção de políticas urbanas e habitacionais de caráter redistributivo.

No período da tarde, a ocupação vertical Pátria Livre, onde foi sediado o encontro, foi apresentada por Vinícius Moreno, um dos seus organizadores. Ele falou sobre seu funcionamento e sobre as frentes alavancadas pelo Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD), como geração de renda a partir da cozinha profissional e demais atividades culturais: oficinas de percussão, realização de eventos, atividades com as crianças da ocupação etc.

Antes do encerramento das atividades do dia realizamos uma dinâmica de simulação de orçamento participativo (OP) com os cursistas. Foram organizados grupos de trabalho que, a partir de uma emenda parlamentar fictícia, deveriam selecionar obras prioritárias para execução.

Em um dos grupos, a líder com poder de decisão majoritário encenou uma personagem cooptada para aprovar obras pré-estabelecidas. Ao final da dinâmica, revelou-se a sua articulação, o que foi seguido por discussões sobre a importância da participação social e da contínua abertura de diálogo com as diversas instâncias de representação.



FIGURA 16

Visita à área externa
da Ocupação
Pátria Livre
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 17

Cursistas e
facilitadores durante
a dinâmica de
simulação de OP
Fonte: acervo CFAS

O sexto dia de curso começou com uma sessão de boas-vindas proferidas por Nayara e Cida em nome da comunidade quilombola onde foi sediado o encontro, os Arturos, situada no município de Contagem (RMBH). A recepção contemplou uma breve introdução sobre o quilombo, seu funcionamento e regimento, além da contextualização da data: tratava-se do fim de semana em que se celebra a festa de Nossa Senhora do Rosário, Padroeira do Quilombo dos Arturos.

Em seguida, Érica, Lilian e Isabela foram convidadas a compor uma roda de conversa, expondo suas experiências e estudos. Érica contou sobre sua vivência na elaboração da cartografia social do quilombo do Quingoma, em Lauro de Freitas, na região metropolitana de Salvador (BA). Sua fala foi seguida pela exposição de Lilian, que tratou objetivamente de desigualdades e criminalizações sofridas pelas comunidades quilombolas, revisitando a história escravocrata do Brasil e a questão fundiária no país. Izabela encerrou esse primeiro momento trazendo reflexões sobre saneamento básico em territórios quilombolas e tradicionais, tema do seu mestrado, a partir de um estudo de caso de uma comunidade no norte de Minas.

Ainda antes do almoço, todos foram convidados a participar do ritual de saída do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, celebração que remete não apenas à devoção religiosa, mas também à ancestralidade do quilombo dos Arturos.

No período da tarde, João Carlos discorreu sobre a história do quilombo dos Arturos e os fatores que levam à sacralidade daquela terra para a comunidade. Ele comentou a situação atual de expectativa em relação à Regularização Fundiária do quilombo.

Já no meio da tarde, Camila Bastos abordou outras formas de propriedade da terra pela coletivização. A facilitadora apresentou experiências do instrumento “**Community Land Trust**”, aplicado em Porto Rico, como prática territorial de redução da mercantilização da terra e de garantia de segurança de posse. Ela também comentou o caso da ocupação Izidora, em Belo Horizonte, ponderando sobre a regularização fundiária como forma de garantir a função social da terra, mas também sobre as falhas no sistema, que ocasionam grilagem e titulação indevida de agentes do crime organizado e mercado ilegal.

Este dia de curso se encerrou com o café da tarde e as instruções para a confecção do trabalho final. Os cursistas foram divididos em grupos a partir das temáticas de interesse, sendo essas as mesmas dos dias de encontro:

- I. Experiência de luta pela Reforma Urbana e a Política Habitacional da RMBH;*
- II. Segurança alimentar, produção urbana de alimentos e agroecologia;*
- III. Transição ecológica, risco ambiental e gestão do lixo urbano;*
- IV. Participação popular e controle social a partir do plano diretor de BH;*
- V. Regularização fundiária em territórios tradicionais e outras formas de permanência além da propriedade privada.*

A partir dessa divisão, cada equipe ficou encarregada de discutir e trazer, em tópicos, propostas de políticas públicas ligadas aos temas, abordando os conteúdos trabalhados e discutidos ao longo do curso, bem como as vivências e percepções dos integrantes.

No encontro seguinte, sessão de encerramento, um representante do grupo se encarregaria de apresentar a síntese dessas proposições.



FIGURA 18 - Capela do Quilombo dos Arturos, Contagem/MG
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 19 - cursistas no encontro realizado no Quilombo dos Arturos, Contagem/MG
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 20 - cursistas no encontro realizado no Quilombo dos Arturos, Contagem/MG
Fonte: Acervo CFAS



FIGURA 21

sede social do
Quilombo
dos Arturos,
Contagem/MG
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 22

Lanche oferecido
pela comunidade do
Quilombo dos Arturos,
Contagem/MG
Fonte: acervo CFAS

Na sessão de encerramento da segunda edição do Curso de Formação de Agentes Sociais (CFAS) da RMBH, ocorrido na Escola de Arquitetura da UFMG, após o café da manhã, os grupos de trabalho se reuniram para os acertos finais da apresentação das proposições de políticas públicas, atividade sugerida como síntese do curso de formação.

Após as discussões, as equipes apresentaram o resultado de suas discussões e abriram-se as discussões coletivas. Ao fim das exposições, os cursistas foram nominalmente convidados ao palco para receber certificados de participação e conclusão do curso de formação. Após a cerimônia de encerramento, Walter Soul, fundador e organizador do movimento Soul BH Cultura de Rua, se apresentou e convidou todos os presentes para dançar.



FIGURA 23 - Apresentação das propostas pelos cursistas
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 24 - Entrega de certificados
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 25 - Aula de soul no encerramento do curso, no hall da Escola de Arquitetura da UFMG - Fonte; acervo CFAS

Ao final do curso, solicitamos aos cursistas uma devolutiva sobre o CFAS a partir de diversos aspectos como infraestrutura e operacionalização, temáticas, conteúdos, metodologias e facilitadores. Em síntese, o curso foi avaliado de forma bastante positiva em todos os seus aspectos. O fato de contarmos com alimentação durante os encontros e transporte para os locais das atividades foram apontados como essenciais.

Os cursistas enfatizaram os aprendizados proporcionados pelos conhecimentos e realidades antes desconhecidas ou pouco conhecidas. Os contatos e trocas com outros ativistas e movimentos também foram mencionados como pontos positivos. A maioria declarou que pretende ***“aplicar os conhecimentos em sua própria atuação política ou em sua comunidade”***, o que reitera o alcance de um dos objetivos do Programa de Formação. Além disso, o curso foi vivenciado como oportunidade para atualização sobre as pautas em curso na RMBH.



***É esse o ideário do direito à cidade.
Direito à cidade se trata da briga pela
desmercantilização das cidades e do direito
de dizer qual é a cidade que queremos
para viver”.***

Prof. Orlando Alves dos Santos Junior

CULTURA E SUJEITOS E SUJEITAS PERIFÉRICAS

TIARAJU PABLO D'ANDREA

CAPÍTULO

03

Olá a todas, a todos, a todes! É um prazer e uma alegria estar aqui conversando essas coisas tão importantes, que tem a ver fundamentalmente com as nossas vidas e com a sobrevivência da espécie humana, porque é disso que se trata. Gostaria de agradecer o convite do Observatório das Metrôpoles e do 4º Fórum Metropolitano de Belo Horizonte. Gostaria de agradecer a presença das pesquisadoras e dos pesquisadores que estão aqui, professoras e professores, estudantes da Universidade, participantes de vários movimentos populares sociais: MLB, MTD e dentre outros que sei que estão presentes aqui e sei que fazem seu trabalho cotidianamente.

Gostaria de agradecer também o pessoal da Secretaria Nacional das Periferias pelo trabalho que estão fazendo em Brasília, sustentando essa iniciativa fundamental para nós, moradores da periferia, que é ter uma Secretaria no governo federal.

É um sonho antigo que agora está se materializando. E também gostaria de agradecer quem não está participando de nenhum movimento, mas que mora na quebrada e está aqui participando desse encontro. Então, obrigado. Muito bom ver vocês aqui, muito bom estar aqui. Gosto muito dessa cidade de Belo Horizonte, demais. Eu sou de outra cidade, eu venho de São Paulo, da periferia de São Paulo, e cada vez mais a gente está estreitando vários laços aqui, sejam profissionais e intelectuais, sejam culturais e artísticos, sejam laços de militância e de luta.

E que bom que a gente está se reconhecendo em várias lutas, que bom que a gente está se fortalecendo. Como diz aquele bom samba da Estação Primeira de Mangueira, **“na luta é que a gente se encontra”**.

Eu queria, fundamentalmente, dentro dessa temática um pouco mais ampla, que é o das culturas urbanas periféricas - e que daria pra gente ficar discorrendo sobre isso durante muito tempo - eu gostaria de fazer uma fala breve, tentando sintetizar três maneiras da gente pensar cultura urbana periférica.

Uma maneira da gente pensar cultura urbana periférica como cultura, pensando no modo de vida. Uma segunda maneira da gente pensar cultura urbana periférica enquanto produção artística. E a terceira maneira que eu gostaria de propor para a gente pensar cultura urbana periférica é cultura como proposição do mundo que a gente quer. Então, é uma cultura que faz uma crítica à sociedade, à sociedade atual, mas que aponta também para frente. E aí o seu trabalho é inspirador. Parabéns, Janduí.

Inspirado no trabalho da Janduí e de vários movimentos populares e sociais que estão aqui presentes e que estão presentes em várias periferias urbanas do nosso país, eu convido para a gente refletir o que seria cultura como modo de vida.

Cultura periférica como modo de vida

Falar de cultura periférica, que é cultura em um determinado território, é a gente pensar que ela abarca um modo de vida complexo e contraditório, onde tudo está junto e acontece ao mesmo tempo. Pra isso partimos de uma definição possível de cultura que é a de cultura como o modo de vida de um povo de um lugar em um determinado tempo histórico.

A gente poderia até sintetizar ou diminuir essa proposição de cultura, que é a de cultura enquanto modo de vida de um povo de um determinado lugar. Ok, vale essa definição. Mas a gente tem que pensar que a cultura também é mutante no tempo. Às vezes no mesmo território, com o passar do tempo, o modo de vida muda. E essa mudança pode ocorrer por uma série de questões: tecnológicas, por conta de mudanças de modo de produção, de mudanças de população. Então, a gente fica previamente com essa definição aqui de cultura: Cultura é o modo de vida de um povo de um lugar em um determinado tempo histórico.

E quando a gente pensa em modo de vida, a gente pensa em tudo aquilo que a gente faz sem perceber porque faz. A gente compreende modo de vida enquanto a reprodução de uma maneira de ser e de fazer, que a gente aprendeu por meio de relações sociais e que a gente não sabe muito bem de onde vem. É esse o jogo da relação social que se dá em um território específico, urbano, empobrecido e precário chamado periferia. Eu gostaria de dividir esse modo de vida em pelo menos três bases diferentes, ou três pilares, que são pilares que conformam esse modo de vida.

Primeiro pilar, as nossas matrizes culturais e que conformam as periferias urbanas. Conformam isso que a gente chama de povo brasileiro. A matriz indígena, nas suas mais variadas expressões. A matriz africana, fundamentalmente Yoruba Nagô e a presença Bantu. Na região sudeste a presença Bantu foi maior. Em Minas Gerais, fundamentalmente por conta do ciclo da mineração, mas no estado de São Paulo também, a presença Bantu foi preponderante. Essas matrizes vão deixar legados em nosso modo de ver, de entender, de pensar, de se manifestar, de vestir, de comer, de viver, dentre outras.

Evidentemente também há influências europeias, devido aos diferentes povos europeus que também compuseram a sociedade que a gente habita.

Porém, quando a gente pensa em periferia urbana, e a gente pensa essas três matrizes iniciais, nós temos que observar que no Brasil de 2024 qualquer uma das periferias urbanas compostas por essas pessoas que habitam esses lugares, com precariedades e na maioria das vezes empobrecidos, existem complexos culturais intermediários que também conformam a subjetividade dessas pessoas que habitam as periferias.

Podemos enumerar vários desses complexos culturais intermediários: complexo cultural caiçara; complexo cultural quilombola; complexo cultural caipira; complexo cultural sertanejo; complexo cultural nordestino, dentre outros. Ao habitarem esses territórios conformados em um curto espaço de tempo, que são as periferias urbanas, acabam produzindo uma complexidade cultural oriunda do entrecruzamento de todas essas matrizes que estão trocando informações. Em geral as periferias urbanas brasileiras se constituíram em um curto espaço de tempo.

O Rio de Janeiro é uma cidade um pouco mais antiga, tem uma conformação enquanto cidade, enquanto território, mais longeva. Mas as cidades de Belo Horizonte e São Paulo são cidades que se formaram em um curto espaço de tempo. Belo Horizonte é uma cidade que completou 100 anos há pouco tempo. São Paulo, na passagem do século XIX para o século XX, era uma cidade irrelevante, com pouca gente e com pouca importância no cenário brasileiro. É uma cidade que passa a ter importância no decorrer do século XX e que vai ter uma explosão demográfica que vai conformar as periferias de São Paulo em um curto espaço de tempo.

Neste ponto gostaria de passar um dado importante para a gente pensar esse debate: no ano de 1940, a população de São Paulo era de 1 milhão e 400 mil habitantes. No ano de 1980, a cidade de São Paulo tinha 8 milhões e 500 mil habitantes. Nesses 40 anos é quando ocorre o maior aporte da industrialização da cidade de São Paulo e também o maior momento de migração para São Paulo. A cidade de São Paulo é fundamentalmente nordestina, mas também ocorreu migração de Minas Gerais, do Paraná e do próprio interior do estado de São Paulo. É nesse momento histórico que se conforma o que a gente conceitua hoje de periferia urbana de São Paulo.

É nesse momento histórico no qual 7 milhões e meio de pessoas começam a habitar um território novo, vindo de diferentes partes do Brasil. Essas pessoas vão ser obrigadas a conviver no mesmo espaço territorial. E essa é a chave que a gente precisa compreender quando a gente pensa na diversidade nas periferias. Então as periferias urbanas vão se conformar a partir de uma amálgama cultural que vai produzir subjetividades, que vai conformar modos de vida.

Mas aí, a partir desse pilar inicial que são as matrizes culturais, eu gostaria de acrescentar mais dois elementos que conformam o que a gente pode chamar de cultura urbana periférica enquanto modo de vida.

Cultura periférica e cultura de massa

O segundo elemento é a cultura de massa. Todas e todos nós que crescemos em periferias urbanas, a gente também se formou pela cultura de massa: assistindo filme, assistindo desenho animado, assistindo programa de auditório de televisão e sendo informado por isso.

Esses elementos também conformam nossa maneira de pensar e nossa maneira de ver. A gente não consegue escapar da força da indústria cultural em uma sociedade capitalista porque é uma força muito poderosa. A gente assistiu Chaves. A gente assistiu Tom e Jerry. A gente assistiu a Sessão da Tarde, da Globo, que passava em um dia o filme Curtindo a Vida Adoidado e depois no outro dia A Lagoa Azul. Vocês assistiram novela, que eu sei que vocês assistiram bastante, eu também assisti novela.

A indústria cultural e a cultura de massa também conformam a nossa subjetividade periférica.

Cultura periférica e sociabilidade do capital

Há um terceiro pilar pra gente pensar ainda o modo de vida quando a gente pensa cultura nas periferias. Esse terceiro pilar é a sociabilidade do capital. Esse elemento está para além da nossa vontade no sistema que a gente vive. A gente é obrigado a consumir mesmo que a gente não queira. Existe uma imposição de valores consumistas: do carro e da casa própria, por exemplo.

A casa própria no Brasil é um absurdo, né? Eu tô falando inclusive isso aqui para arquitetos e devo estar chovendo no molhado. Mas quando a gente pensa que grandes frações da população brasileira passa anos da sua vida, 25, 30 anos, pagando parcelas de uma casa própria, e que para pagar essas parcelas de uma casa própria essa pessoa teve que gastar uma energia da sua vida trabalhando, ou seja, despendendo o tempo e energia da sua vida pra pagar uma dívida, para obter uma casa própria, a gente conclui o absurdo que é esse sistema. Essa energia foi tirada de outras coisas.

Era o tempo em que a pessoa poderia estar com a sua família. Era o tempo em que poderia estar se dedicando à arte. Era o tempo em que poderia estar se dedicando ao lazer ou ao estudo, por exemplo. Mas esse tempo foi corroído e consumido pela necessidade de pagar uma dívida. Observem que isso também faz parte do nosso modo de vida, porque isso dita a nossa vida.

Ou mesmo quando a gente pensa em relações de trabalho ou o tipo de trabalho que a gente tem, seja quem está escravo do computador ou seja quem está escravo do chefe. Seja quem está no trabalho precarizado, uberizado, ou no iFood ou no Rappi, circulando pela cidade. O trabalho na nossa sociedade ele também ordena a nossa vida, nos mais distintos tipos de profissões em que nós possamos estar inseridos. E isso também define nossos modos de vida, porque a gente internaliza isso também. É importante que a gente tenha essa informação.

A sociabilidade do capital está presente também quando a gente pensa na maneira como nós nos alimentamos. E é de chorar se a gente pensa de maneira fria e racional o que o mercadinho perto da nossa casa vende, o tipo de alimento que ele vende. A gente chora. O óleo de soja é um veneno. O leite de caixinha que a gente compra e está cheio de hormônio, é um veneno. A carne está cheia de hormônio e é um veneno. A bolacha recheada cheia de gordura é um veneno. Por mais que a gente faça uma discussão séria, honesta, verdadeira e fundamental sobre produção orgânica, agroecológica - e é um debate fundamental que tem que ser feito - a gente ainda não conseguiu fazer com que isso massivamente penetre nas camadas populares e nas periferias das grandes cidades.

Então, assim, pensar cultura urbana periférica como modo de vida, é pensar todas essas questões que influenciam a nossa vida e as nossas decisões cotidianas, presentes inclusive na materialidade da cidade e nos tempos de deslocamento.

A decisão sobre se vamos pegar o trem ou o ônibus para chegar no trabalho. Aquela decisão que você toma: - eu vou um pouco antes pegar o trem, porque se eu for um pouco antes eu consigo ir um pouco mais vazio no trem... Alguém já passou por uma situação assim? Alguém já teve que replanejar a própria vida para pegar o metrô ou o trem mais ou menos vazio? Isso é modo de vida. Isso é o que pega e define as escolhas cotidianas que a gente faz.

Essas escolhas não estão totalmente em nossas mãos. Essas escolhas são condicionadas por uma estrutura que está para além da nossa vontade. Esse é o rolê que a gente precisa pensar. Então, pensar a cultura periférica como modo de vida é: o somatório de todas essas influências na nossa vida concreta e real, nas nossas decisões cotidianas. Pensar como todas essas questões produzem códigos, normas, práticas e representações sobre o mundo.

Cultura e economia

Eu acho que tem uma outra questão que a gente precisa incorporar: toda produção cultural tem um fundamento econômico. A gente não pode ficar fazendo essa separação de que a economia está aqui e a cultura está ali. Toda produção cultural tem um fundamento econômico, assim como as expressões econômicas têm fundamentos culturais também. Seria bom a gente parar de ficar pensando em caixinhas separadas. A vida não é separada em caixinhas. A vida acontece e é tudo junto ao mesmo tempo.

Também é importante não pensarmos que periferia urbana é uma coisa que está fora da sociedade. Em alguns momentos a gente se depara com análises que tendem a ver a periferia urbana como algo separado. E se espantam com algumas coisas: "Ah, o pobre de direita!". Gente, o pobre de direita existe desde que mundo é mundo. O pobre de direita não é novidade dos últimos dez anos. Desculpa, tá? Mas não é. A coisa mudou, obviamente que o país mudou nos últimos anos. Essas configurações mudaram também. Mas a gente não pode se espantar com algumas situações que a gente observa nas periferias. As periferias são uma parte do sistema capitalista. Elas estão inseridas no sistema capitalista a partir de uma inserção subordinada. É a partir dessa a chave que a gente precisa pensar.

- O modo de vida conforma e produz uma subjetividade periférica.
- A subjetividade periférica é tudo isso ao mesmo tempo.
- E só existe subjetividade periférica porque existe objetividade periférica.

Cultura urbana periférica e produção artística

Agora eu queria falar sobre periferia e produção artística. Bom, a produção artística nas periferias sempre existiu, acho que isso é consenso. A gente poderia fazer um levantamento aí de tudo que já rolou em variadas décadas enquanto produção artística. No entanto, o movimento político que se configura a partir de expressões artísticas é um fenômeno mais recente e que vai se erguer na passagem da década de 1980 para a década de 1990. É nesse período que a gente começa a ter a implementação do neoliberalismo na sociedade brasileira. Esse fato vai ter desdobramentos evidentes em periferias urbanas. Eu vou falar principalmente da periferia de São Paulo, mas pode ser que o que eu diga aqui também esteja valendo para outras periferias.

Bom, ataques ao mundo do trabalho e ataques às políticas públicas a partir de uma concepção neoliberal de governança vão produzir nas periferias urbanas: aumento da pobreza, aumento da violência e aumento do desemprego, fundamentalmente na década de 1990.

Essa situação de crise social vai caminhar em paralelo com uma situação de crise das formas clássicas de organização política, fundamentalmente sindicatos e partidos políticos. A juventude moradora das periferias começa a se organizar por meio da arte e da cultura para conseguir dar uma resposta a um contexto de desorganização social profunda e ataque do Estado brasileiro por meio das polícias militares, que vai produzir nesses territórios um genocídio. Estamos falando do genocídio da década de 1990, cujos principais alvos eram corpos masculinos, negros, jovens e moradores de periferia. É esse o principal perfil alvo desse genocídio operado pela burguesia brasileira e operacionalizado pelas polícias locais.

Não é à toa que, a partir desse momento histórico, o jovem negro passa a ser o principal intelectual orgânico das quebradas, fundamentalmente por uma necessidade histórica de publicizar para o todo da sociedade o genocídio que estava ocorrendo nesses territórios.

Nesse momento histórico, a arte e a cultura passam a ser a principal vocalização desse setor social para fazer uma denúncia. Aí a gente louva a ação de movimento hip-hop, de comunidades do samba, de saraus, de islams, de cineclubes de periferia, dentre outras expressões, que também passam a fazer essa denúncia. A gente começa a observar que, por meio da cultura ou das expressões artísticas, começa a se configurar um movimento político em periferias urbanas, com características próprias. Com seus avanços, mas com seus limites também.

Periferia como denúncia, pacificação e união

Nesse momento histórico, quase anos 2000, a gente tem pelo menos três tipos de usos do termo ou da palavra periferia por esses setores sociais, e esses usos, cada um deles vai ter uma função. O primeiro uso de periferia pelos movimentos culturais era fazer uma denúncia. Então por meio dessas expressões artísticas se denunciava uma condição... Se denunciava uma condição de pobreza e se denunciava uma condição de violência, fundamentalmente.

O segundo uso principal de periferia nesse momento histórico era a pacificação dos territórios, a necessidade de, por meio de uma construção de pertencimento e de reconhecimento de um território e de fazer parte de um território, pacificar esses territórios, dado o contexto de violência que se colocava. E aí não são somente os movimentos de juventude. São também as mães que se organizam, principalmente mães que tiveram seus filhos assassinados e que vão começar a estabelecer relações com movimentos de direitos humanos. São organizações não governamentais que também operam nas quebradas.

São movimentos populares, movimentos sociais, movimento de moradia, movimento de educação... formando uma teia para conseguir dar uma resposta para aquele momento histórico. Então, a gente tem por um lado a denúncia, tem por outro lado a pacificação e tem uma terceira mensagem também, na vocalização de periferia naquele momento histórico, que é pensar a união das quebradas.

Eu acho muito potente essa formulação de união das quebradas que vai ser traduzida por uma máxima que é: periferia é periferia em qualquer lugar. Essa máxima contribuiu para um diálogo entre periferias de várias cidades diferentes do Brasil. Foi um passo revolucionário. Isso estava presente nas letras de samba. Isso estava presente nas letras de rap...

Quando o morador de Capão Redondo, ou de Itaquera em São Paulo, se reconhece em um morador de Ribeirão das Neves e que vai se reconhecer num morador da Restinga, uma favela de Porto Alegre, e que vai se reconhecer em um morador das quebradas de Recife, em um morador da Grande Belém do Pará, e todos se reconhecendo como co-participes de uma condição urbana e de vida em comum, ou com proximidades, e que vai possibilitar um projeto em comum. Essa construção ideológica vai ganhando força com o correr dos tempos, vai fortificando organizações populares em periferias urbanas.

Inclusive muita gente foi fazer política a partir desse pertencimento ou dessa invocação de um pertencimento a um território, e que vai derivar, por exemplo, em uma necessidade histórica de ter uma Secretaria Nacional das Periferias, que é uma força coletiva que vem durante décadas pautando algumas situações e pautando algumas necessidades.

O conceito de sujeitas e sujeitos periféricos

E como a gente formula a ideia sujeita e sujeito periférico? É um processo que é até relativamente simples, que se dá quase sempre em três etapas, e que vai ser formulado a partir das seguintes premissas. Primeiro: o morador da periferia que reconhece a sua condição. Então ele reconhece que mora num morro, na zona norte do Rio de Janeiro, ou que mora na periferia leste de São Paulo, ou que mora numa periferia de Belo Horizonte... Agora reconhecer essa condição não necessariamente se desdobra num orgulho dessa condição.

Pode se desdobrar numa ojeriza dessa condição ou pode se desdobrar numa vergonha dessa condição. O segundo passo é quando a gente pensa nesse reconhecimento também como um orgulho e como uma afirmação positiva do habitar um determinado território. Para num terceiro momento ter o agir político em prol desse território... Mas aí é como Janduí falou: quando a gente pensa em atuação política no território, é (também) pensar transformação social a longo prazo e profunda. Eu acho que pensar atuação no território é: a partir do território você conseguir transformações mais estruturais da nossa sociedade...

Eu acho que todo mundo aqui tem ciência de que não é apenas a transformação do território, ainda que essa transformação do território por si só já vale a pena. Eu acho que todas e todos nós aqui o que estamos pensando é numa transformação a longo prazo. Como a Janduí belamente nos mostrou aqui e como é a atuação de vários dos movimentos que estão aqui presentes e a gente conhece.

Então, quando se pensa em sujeito periférico, são três premissas: é o reconhecimento da condição, é ter orgulho da condição e agir politicamente a partir dessa condição. E aí tem duas outras características desse sujeito periférico que a gente conceituou: Primeiro: é um conceito que tenta dar conta de um tipo de ação política que tem uma historicidade.

Então quando a gente fala de sujeito periférico não estamos pensando na ontologia do morador da periferia. Não, não é isso. É uma maneira de pensar a atuação política que tem a ver com um contexto histórico específico fundamentalmente das últimas três, quatro décadas. Segundo: o sujeito periférico é um sujeito urbano. Quando a gente está falando de sujeita e sujeito periférico a gente está pensando em contradições na cidade, contradições metropolitanas, contradições da urbe. Acho que é importante a gente ressaltar esse ponto.

E, se no começo da exposição a gente tratou do modo de vida enquanto formador de uma subjetividade periférica, nesse segundo momento da exposição a gente conclui que a arte é formadora do sujeito periférico e da sujeita periférica. A sujeita e o sujeito periférico só existem porque previamente existe uma subjetividade periférica. Mas nem toda subjetividade periférica se transforma em sujeita ou sujeito periférico, isso é importante também a gente ressaltar.

Cultura como possibilidade de futuro

Para finalizar aqui a minha intervenção, pulando para o terceiro ponto, gostaria de pensar a cultura como crítica à civilização contemporânea ou cultura como uma possibilidade de futuro. É ter consciência de como o colonialismo e o capitalismo estão presentes nas nossas vidas e nas nossas ações cotidianas, e como a gente cotidianamente faz ações para conseguir se descolonizar ou passar para outro tipo de modo de produção que não capitalista. Isso passa por algo que se chama batalha das ideias ou batalha ideológica, que tem a ver com o que as pessoas pensam e formulam. Mas tem fundamentalmente a ver com ganhar o cotidiano das pessoas.

Nós visitamos hoje a ocupação do MLB, no Barreiro, e o que o movimento popular faz é ganhar o cotidiano das pessoas, ou seja, bem simples aqui: não é com trocação de ideia que a gente vai ganhar populações para o nosso projeto político, ou somente com trocação de ideia. Se a gente não ganhar o cotidiano das pessoas com novas proposições, a gente vai ficar só chorando que o conservadorismo da sociedade cresce e a gente não sabe o que fazer.

E pensar ações e práticas no cotidiano do território é pensar qual o nosso projeto político para a nossa sociedade. Para isso há que se fazer uma avaliação crítica da nossa cultura.

Nesse ponto há uma polêmica, porque quando a gente pensa em um projeto político para o futuro, e a partir disso a gente analisa o nosso modo de vida, a gente vai perceber que tem muita coisa do nosso modo de vida que a gente vai querer manter, mas tem muita coisa que a gente vai querer mudar também, tem muita coisa que a gente precisa mudar.

Tudo isso para dizer que defender uma cultura por si só não é necessariamente algo virtuoso, porque a nossa cultura enquanto modo de vida também está impregnada de relações que a gente precisa superar. A gente também está embebido de machismo, de racismo, de consumismo.

Então a gente pressupõe que, dentro de um projeto que a gente pensa a partir das periferias urbanas para o país, tem muita coisa da nossa cultura que a gente vai defender com unhas e dentes porque é a nossa identidade, é a nossa forma de ser, é o nosso território. Mas tem muita coisa que a gente vai ter que, também, aprender a mudar.

Transcrição de fala realizada no IV Fórum Metropolitano da RMBH: Culturas Periféricas



Uma maneira da gente pensar cultura urbana periférica como cultura, pensando no modo de vida. Uma segunda maneira da gente pensar cultura urbana periférica enquanto produção artística. E a terceira maneira que eu gostaria de propor para a gente pensar cultura urbana periférica é cultura como proposição do mundo que a gente quer.

Tiaraju Pablo D'Andrea

**A LUTA NA COMUNA
CHICO MENDES
(PAVUNA, RIO DE JANEIRO)**

JANDUÍ LIMA BARBOSA

CAPÍTULO

04

A gente quer agradecer o convite para participar desse evento... Muito obrigada pela oportunidade, o MCP [Movimento das Comunidades Populares] agradece.

Então, eu sou a Janduí, sou pernambucana, com muito orgulho, e hoje a gente mora no Rio, numa comunidade, essa que tá aí, Chico Mendes. Foi uma ocupação, acho que feita em 94. A gente chegou em 97, e foi tipo meio organizada essa ocupação, tanto o nome né, escolheram Chico Mendes. A gente chegou para criar uma comunidade popular, e aí a gente vai contar o que estamos fazendo lá nesses 27 anos.

Então, no início da comunidade Chico Mendes no Morro do Chapadão - esse morro situa-se na zona norte do Rio de Janeiro, na Pavuna -, ele surgiu de uma ocupação, em 1991. Aí, inicialmente, o Gelson começou lá com o esporte. Então em 1994 criamos um time de futebol ao qual demos o nome de Tiradentes Esporte Clube. O time seguia os princípios do movimento, na época MCL (independência política, democracia participativa e autonomia financeira). Começamos a organizar atividades nas datas comemorativas para envolver os moradores da comunidade, como o 21 de abril - dia de Tiradentes - e festa junina. Daí a gente começou a escola, uma escolinha que hoje é a Escola Jardim da Comunidade.

Quando começou era a Escola do MCL, a partir de 97 iniciamos a escolinha do MCL, começamos com três crianças na casa dos militantes. Em 27 anos a escola, que hoje se chama Escola Jardim da Comunidade, já chegou a atingir até 100 alunos. Hoje tem 60 alunos de 2 a 11 anos, 4 professoras e 1 ajudante.

A escola é totalmente autônoma. durante todos esses anos foi mantida pela contribuição das mães. Em 2013 foi criada uma rede de amigos da EJC, que são simpatizantes que contribuem para melhorar as rendas das professoras, mas respeitam a autonomia da escola.

As professoras não se firmavam com o ganho, muito pouco, então aí a gente resolveu, num grupo de professores universitários que apoiam nosso trabalho: vamos criar uma rede, e a gente criou e até hoje está funcionando. Então aí tem as fotos... A EJC, num levantamento feito em 2017 quando a gente fez 20 anos, um total de crianças: 834; total de responsáveis: 753; total de educadores EJC e Creche: 61 - Isso em 2017, quando a escola fez 20 anos. A outra foto é a comemoração dos 15 anos da Escola Jardim da Comunidade, em 2012.

Antes de ensinar as crianças devemos aprender com elas, esse sempre foi nosso lema, não é fácil, mas a gente tá tentando.

A creche Jardim da Comunidade, na verdade, é um espaço que as mães, antes de descer pra trabalhar, antes de descer o morro, tem que deixar as crianças com alguém, as creches do governo só abrem a partir de oito horas, então aí as mães descem cinco horas, cinco e meia, então aí a gente criou esse espaço que elas deixam as crianças lá e descem pra trabalhar e só pegam na volta, ali pelas seis e meia, sete horas, estão voltando pra buscar as crianças. A partir da EJC, em 2009, criamos um espaço coletivo para tomar conta das crianças cujas mães saem para trabalhar.

Hoje 16 crianças permanecem no espaço em tempo integral e temos três educadoras. As mães contribuem para manter as tias, cada criança paga R\$210,00 para a creche e tem direito a almoço e também a escola. E as crianças que estão na creche também estão na escola, uma parte do dia elas passam estudando e outra parte elas vão pro espaço pra tomar banho, almoçar e, às vezes, as que são maiores descem pra escola do governo.

Nossa festa junina acontece desde 94. A próxima vai ser a vigésima nona, todos os anos reunimos entre 400 e 500 pessoas e o objetivo ali do lazer é desenvolver a arte popular e arrecadar finanças para a comunidade. A gente fecha as ruas, e na festa a rua é nossa.

Abordamos também a questão da economia coletiva, outra ação do movimento, o MCP, para a organização do povo, foi a criação da comuna da sobrevivência coletiva, ou seja, a criação de grupos de investimentos coletivos, que são os GIC - que é o nosso banco popular; grupos de produção coletiva - GPC - aí na produção entram: costura, produção de roupa, sabão; os grupos de venda, vendas coletiva - GVC - são os mercadinhos, loja de material de construção; e os grupos de trabalho coletivo - GTC - algumas pessoas se juntam, os trabalhadores que trabalham na construção civil se juntam, e formam os grupos de trabalho coletivo.

O objetivo desses grupos é criar a base econômica das comunidades populares e reforçar a autonomia do movimento, aí vem o GIC, grupo de investimento coletivo. E o GIC teve início no dia 10 de maio de 2003, com 14 investidores e um investimento inicial de R\$135,00. Hoje participam 438 investidores e 29 membros que se reúnem quinzenalmente. A maioria dos empréstimos é para moradia e geração de renda.

O rendimento do GIC é dividido em três partes: fundo social, despesas e caixa nacional do MCP. Temos dois consórcios, com uma média de 50 a 60 pessoas, nos valores de R\$50,00 e R\$100,00.

Então, a gente fala que o GIC tem três pernas, ele tem os membros, que são as pessoas que são os donos do grupos. A gente se reúne de 15 em 15 dias para avaliar, para ver quem vai pegar empréstimos, ver quem tá devendo, ver o que é que a gente vai fazer lá nas próximas atividades. Então os membros são sempre de 15 em 15 dias lá, assumindo tarefas. Os investidores só guardam o seu dinheiro e a gente convida pelo menos uma vez no ano, aí eles aparecem lá na assembleia de aniversário do GIC, eles têm obrigação de aparecer. E imaginem, reunir 400 pessoas é um pouco difícil. A gente tem juntado cento e poucos investidores, o pessoal do comércio no morro tá todinho no GIC.

Então eles guardam o dinheiro e eles não querem seu dinheiro e seus direitos né? Assim, ele é investidor, o investidor tem direito a ganhar 1,5% até R\$10.000,00; de R\$10.000,00 a R\$50.000,00 é 1%; depois de R\$50.000,00 não tem mais rendimento, aí se a pessoa quiser sacar, saca, se não, não fica pegando rendimento em cima, se é mais de cinquenta. A maioria das pessoas não saca, a pessoa não vai viver de renda, como ali no GIC produz uma renda maior do que a renda das poupanças, então aí a gente pensou nisso.

A grande maioria do dinheiro que a gente tem emprestado, a gente empresta pra pagar esse rendimento, a gente tem que fazer o dinheiro circular. Lá na Chico Mendes, em geral, a gente empresta para a pessoa comprar a casa. Então a gente tá fazendo o que a Caixa Econômica deveria fazer na comunidade e não faz. O teto é R\$35.000,00. Tem casas mais caras, mas o GIC só empresta até R\$35.000,00. É assim: você tem que ter um terço do dinheiro depositado na conta pra você poder pegar. Porque onde que a gente ia arranjar tanto dinheiro se a gente não tem dinheiro de lugar nenhum, só dos trabalhadores?

Então para pegar R\$35.000,00 você tem que ter pelo menos R\$10.000 na conta. Você leva os R\$35.000,00, o GIC compra a casa, fica no nome nosso, a casa. Quando a pessoa termina de pagar a gente vai lá na associação do morador e passa a casa pra pessoa. E não tem calote gente, pode acreditar. A gente já comprou mais de 100 casas na comunidade. Todo mundo paga, todo mundo depois vem nas reuniões dar depoimento, agradecer por ter tido a oportunidade de ter a sua casa.

Nosso trabalho com a economia popular, em geral, objetiva incentivar as pessoas a economizar. A gente sabe como é difícil né? A gente sabe gastar; debater sobre os males do consumismo; se livrar da burocracia dos bancos; fazer o dinheiro circular dentro da comunidade; incentivar a solidariedade entre os trabalhadores; incentivar geração de renda coletiva e individual; ser uma porta de entrada para o MCP; ajudar a construir a base econômica do MCP.

Aí agora vem os grupos de vendas coletivas, que é o mercadinho, lá no morro. Desde 2001 temos um mercadinho coletivo em que três pessoas trabalham e recebem por hora trabalhada. O lucro mensal é de dois salários mínimos e divididos para elas pelas horas trabalhadas. Elas tiram tudo que compraram, o custo das mercadorias, e depois vê se tem alguma despesa. E agora informatizaram o mercadinho, teve que comprar computador. Aí estão pagando, aí é o GIC que financia.

Hoje o mercadinho não precisa de nada do GIC, ele se mantém sozinho, ele tem capital de giro sozinho, não precisa mais do GIC. Precisou agora para comprar o computador, aí eles pegaram o dinheiro, compraram o computador e vão pagando as prestações. Todos os grupos da comunidade que pegam dinheiro do GIC não pagam juros, só volta o dinheiro do investidor, o dinheiro principal, não paga juros. Então o GIC faz essa gracinha com os grupos da comunidade.

Aí tem as compras coletivas. Um grupo em torno de 18 famílias e grupos. Os grupos de compras coletivas da Comuna Chico Mendes são o mercadinho, e também entram nessas compras coletivas a loja, a creche, a infra-estrutura, a escola. E todo mundo compra junto, e as famílias. Então, o GIC empresta o dinheiro por 15 dias e sem juros, você faz sua compra, leva sua lista de tudo. De arroz, feijão, ração para cachorro, carne, frango, peixe, tudo que a pessoa come no mês na lista. Faz a lista e uma comissão vai no Ceasa, compra. Tem que dividir, é muita gente para fazer as tarefas, essa compra é um sufoco.

Atividades religiosas. Então, a gente sabe, né? A gente não vive sem uma religião, sem a fé, né? A gente sabe que o povo, a gente quer se unir. Queremos resolver nossos problemas juntos. E as igrejas, só dividem. A gente não quer criar uma Igreja, nós queremos é a liberdade. Liberdade de tudo que nos oprime, de tudo que está errado. Então a gente viu que a espiritualidade é o que mais responde ao que o povo necessita, ao que o povo quer.

Então a gente quer a espiritualidade, que é onde a gente seja irmãos, seja irmãs, que a gente se respeite, que a gente resolva nossos problemas entre nós. Então é isso, mostrar que nossa religião é essa. Não foi fácil no começo. Então, Janduí, por que tu não vai para a missa? No começo a gente ia na missa, fazia atividades junto com a igreja católica. Então eu vou para a missa, mas eu vou para o pastor também. Eu vou para onde tiver, eu vou para o candomblé. Eu vou para onde tiver um Santo, eu estou lá também. Então a gente vai pra onde tiver gente. E a gente quer união, então o que a gente fez.

A gente faz uma refeição coletiva mensal, a gente partilha os alimentos. Foi uma das coisas que mais deu certo na nossa comunidade. A questão do almoço e da janta coletiva. É um valor de 15 reais, cada pessoa leva um prato. Então a gente faz uma lista, agora está tudo na Internet, tudo na rede. Então, um dá arroz, outro dá feijão, outro dá frango, outro dá legumes, outro dá salada, outro dá suco. Quem trabalha no Ceasa e pega a xepa, dá frutas, leva melancia, leva laranja. Sempre tem bastante coisa. Então essa refeição foi só crescendo, e a gente continua até hoje, nós fazemos essa refeição coletiva.

A gente aproveita nessas reuniões, compartilha o alimento, celebra as conquistas e reflete sobre os problemas. Aproveita para ver o jornal, estudar alguma coisa, discutir o que tá acontecendo. Então há também reuniões nas casas dos moradores. Nos períodos de Páscoa e Natal, ações solidárias pontuais e excursões para Aparecida do Norte. Todo ano a gente tá lá, em Aparecida.

Tem o grupo de crianças e adolescentes. Semanalmente reunimos entre 15 e 20 crianças e adolescentes, para conversar, para ensaiar e brincar. O objetivo é que eles saiam um pouco do celular e da rua, e participem mais do MCP. E essa parte aí, a minha filha que faz, ela é professora da EJC. E eu tenho uma neta também, que tá com 10 anos, aí então elas estão coordenando, elas se preparam. Já tem outras crianças ajudando. [Minha filha] passa a semana todinha com as crianças dando aula.

Então aí no sábado ela se reúne com esse grupo. E brigam, viu? Eles brincam, mas brigam também. Então levam lanche, compartilham e aí vão pro meio da rua. Pior é que a gente não tem espaço. Nós tínhamos uma quadra, nós tínhamos um campo de terra no morro. E aí resolveram fazer uma quadra para o baile. E aí? Foi feita a quadra, todo final de semana tem o baile, acabaram com o campo. E a gente não pode nem levar as crianças na quadra, porque é uma mistura muito grande, aí não dá certo.

E aí hoje as crianças brincam na rua, a gente fecha uma rua. E nessas horas ninguém pode levar celular. Todo mundo, crianças de 9 anos, 8 anos, todo mundo tá com celular. E aí não pode levar celular, tão lá só pra brincar. Então brincam, eles ensaiam, fazem teatro e fazem muita arte. Eles estão estudando as teses também, do Congresso, as teses do setor das crianças, eles que estão estudando.

Realizamos passeios com o objetivo de lazer, e alternativa para arrecadar finanças. Então a gente tá sempre passeando. Você imagina quando junta professores, mães e alunos da escola, o povo que participa da comunidade, do GIC então, é muita gente. Essas reuniões de 15 em 15 dias está insuportável, não tem mais lugar para se reunir. Então eu estava falando: e agora? O que que a gente vai fazer aí? Aí minha neta disse: “vovó tenho uma ideia. Vamos colocar o povo na rua ` ` . [E eu perguntei:] todo mundo fica sentado no meio da rua? “Não, cada um leva uma cadeira” [ela disse]. Porque as reuniões são muito ruins lá no salão, muito apertado, mas a gente vai... Vamos ver né, quem sabe a gente...

Atuação na saúde pública. A gente sabe como é que está a saúde né? Todo mundo tá doente. Então, uma pessoa entra na fila do atendimento e não é atendida nunca, e morre antes. Já está há cinco anos esperando. Vamos participar de um colegiado gestor e influenciar para ver se a gente vai melhorando, e aí a gente vai conseguir. Pelo menos para as pessoas mais próximas, que estão mais ruins. Então, a gente vai conversando lá, participando das reuniões.



FIGURA 26 - Atividades com as crianças da Comuna Chico Mendes
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 27 - Atividades com as crianças da Comuna Chico Mendes
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 28 - Confraternizações da Comuna Chico Mendes
Fonte: acervo CFAS



FIGURA 29 - Confraternizações da Comuna Chico Mendes
Fonte: acervo CFAS

A experiência da luta do MCP na Comuna Chico Mendes não nasceu por acaso e nem é isolada. Essa construção é feita a partir da orientação nacional do MCP. Estamos ligados a outras comunidades populares no Rio e em outros estados. Participamos de encontros para troca de experiências entre as comunidades e debatemos as matérias do “Jornal Voz das Comunidades”, o JVC.

Nós do MCP falamos que **existem três projetos: o projeto pirâmide**, que é o projeto do capitalismo, baseado na economia privada, na ditadura do capital e na ideologia individualista. Tem também **o projeto quadrado**, que a gente fala, que é o projeto da classe média, baseado em economia privada, democracia eleitoral, serviços públicos e na ideologia consumista. Por fim, o projeto que a gente quer construir, porque é a salvação do povo e do planeta, que é **o projeto redondo**, baseado na democracia participativa, ideologia comunitária e economia coletiva. Essa é a nossa batalha que a gente está vivendo todo dia, vendo esse projeto destruindo a humanidade e a natureza.

Nosso objetivo a curto prazo é resolver as necessidades mais imediatas do povo, explorado e oprimido. As necessidades econômicas, sociais e culturais, em médio prazo, nosso objetivo, é criar o poder popular, para conquistar um governo popular de baixo para cima. Em longo prazo, nosso objetivo é construir uma sociedade comunitária.

Transcrição de fala realizada no IV Fórum Metropolitano da RMBH: Culturas Periféricas



Antes de ensinar as crianças devemos aprender com elas, esse sempre foi nosso lema, não é fácil, mas a gente tá tentando.

Janduí Lima Barbosa

GALERIA DE FOTOS

CAPÍTULO

05

Apresentamos aqui alguns registros fotográficos do **IV Fórum Metropolitano: culturas periféricas na RMBH**, realizado em maio de 2024. Além das palestras, cujas transcrições integram esta publicação, o IV Fórum contou com atividades de abertura e oficinas.

Na abertura, realizada no Auditório da Escola de Arquitetura da UFMG, além das falas dos convidados, a Profa. Claudia Mayorga (Pró-Reitora de Extensão da UFMG), o Prof. Maurício Campomori (diretor da Escola de Arquitetura), a Profa. Junia Ferrari (da Escola de Arquitetura e uma das coordenadoras no núcleo RMBH do Observatório das Metrôpoles) e o Prof. Luis Cesar Ribeiro (coordenador nacional do Observatório das Metrôpoles), Flávio Tavares e Camila Leal, da Secretaria Nacional das Periferias, apresentaram o Mapa das Periferias. As oficinas, que encerraram o Fórum, foram realizadas no Centro de Referência da Juventude (CRJ), localizado no Centro de Belo Horizonte.















